



ELEIÇÕES APUBH PARA
GESTÃO 2020-2022



PROGRAMA



APRESENTAÇÃO

Longe dos resultados econômicos promissores alardeados aos quatro cantos do mundo, o neoliberalismo se tornou, desde sua origem no final dos anos 70 do século XX, promotor da expropriação da riqueza produzida e desenvolveu processos de regulação social ao potencializar o medo, a dor, a insegurança e cercear pela força ou por descrédito a irrupção da sociedade como força transformadora, o que advém, muitas vezes e legitimamente, dos conflitos¹. Tornou-se uma doutrina econômica capaz de destruir. Trata-se do discurso da suposta “gestão da eficiência”, que necessita de uma política de controle da **população que trabalha e estuda**. Tal controle é realizado na atualidade especialmente pelos canais de comunicação multimídia e guiado pelo princípio da flexibilidade do mercado e pelo ideal de liberdade do “empreendedorismo individual”. Esse ideal de “empreendedorismo individual”, por sua vez, para a maioria daqueles que o vivem e perseguem, resume-se a um exercício profissional em que não se veem respeitados os direitos trabalhistas mínimos e pelo qual o trabalhador entrega-se à exploração sem limites de terceiros. O uberizado é o exemplo maior desse tipo ilusório de empreendedor. Trabalhador subalternizado, precarizado e idealizado pela vaga neoliberal, que, iludido ou não pelo termo empreendedorismo, abdica de qualquer direito.

No Brasil, o jogo moral das intencionalidades produzidas pelas elites conservadoras do projeto neoliberal de Estado, tem sido capaz de produzir um arranjo social distópico. Tal arranjo vem sendo estimulado pelo fundamentalismo religioso, pela violência privada e Estatal e por uma economia sustentada pela crise induzida e seus correlatos: pauperização da população e destruição crescente do tecido social, rebaixado em nível miserável de desencantamento, com o aniquilamento das garantias dos direitos sociais e desinvestimentos massivos nas instituições públicas. É nesse cenário que se inserem, na atualidade, os cortes na **educação e na pesquisa, em geral, e nos orçamentos dos Institutos e das Universidades Públicas brasileiras**. É esse o quadro em que se encaixa todo um discurso do MEC pautado no estímulo à fórmula startup para a consolidação da universidade-empresa e o **projeto “Future-se”, que impõe um retrocesso nos avanços alcançados na educação e pesquisa públicas no âmbito federal nas últimas décadas**.

O filósofo Vladimir Safatle (2020)², referindo-se ao Brasil nesse momento de nossa história, afirma que a destruição tem sido tão ampla e violenta que a travessia que teremos que fazer ao produzir as muitas formas de reconstrução será longa e semelhante à “travessia de um deserto”. Tomar essa imagem para as Universidades públicas equivale a dizer que está em curso uma acelerada desintegração da educação, da ciência e da tecnologia nestas instituições.

Os fatos que vivenciamos nos últimos anos mostram a arquitetura da política neoliberal e o consequente impacto no trabalho e nas carreiras dos trabalhadores da educação nas Universidades Públicas. Nos últimos, temos enfrentado: **i)** a produção intencional de uma crise de longo prazo, ao se congelarem, por vinte anos, os recursos constitucionalmente validados para a educação, a saúde e seguridade social, com a indecorosa aprovação, em 2016, da EC-95, o que tem

1 SAFATLE, Vladimir. Só mais um esforço. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

2 SAFATLE, Vladimir. A demolição do Brasil. Conversas com Ailton Krenak, Daniela Campello, Silvio Almeida, Vladimir Safatle. [Entrevista concedida a Bob Fernandes em 18 de agosto/2020]. Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=GXg-JBBzaXCY&t=668s>> Acessado em 22/08/2020.

desorganizado os sistemas de proteção e assistência social no país, além da saúde, educação e pesquisa públicas; **ii)** cortes sucessivos nos orçamentos das Universidades públicas; **iii)** a instituição da previdência privada complementar para o setor do funcionalismo público; **iv)** cortes de recursos e bolsas de pesquisa pelas agências financiadoras, de âmbito federal e estadual (CAPES, CNPQ, FINEP, FAPEMIG); **v)** a aprovação em 2019 da reforma da previdência, que atinge diretamente os trabalhadores da educação com perda da aposentadoria integral e o aumento do tempo de contribuição, acrescido do pagamento da previdência social pelos aposentados; **vi)** o congelamento dos salários até dezembro de 2021, com interrupção dos concursos públicos; **vii)** propostas do governo federal de reforma constitucional e de legislação para suspensão da progressão na carreira e promoção dos docentes do magistério superior e da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); **viii)** a aprovação no Congresso Nacional em maio/2020 da EC-106, que prioriza políticas de endividamento público, ao permitir que o Banco Central compre papéis financeiros de alto risco no mercado de balcão, com transferência de recursos públicos de maneira ilimitada para o mercado financeiro e, recentemente, e **ix)** o envio ao Congresso Nacional do texto da reforma administrativa. Essa reforma, mais uma vez, busca reduzir gastos com serviços públicos à população brasileira, com o chamado “princípio da subsidiariedade” que inverte totalmente a lógica do serviço público e dos direitos sociais, culturais e econômicos. Sendo aprovada oferecerá à população brasileira serviços públicos baseados na venda de vouchers e cupons, não em prestação pública gratuita e universal dos serviços em saúde e educação, entre outros. A proposta de reforma administrativa quer tornar dispensável o serviço e o servidor público, mantendo, no entanto, as distorções e desvalorização nas carreiras e salários dos servidores públicos de modo geral, e os excessos de privilégios nas carreiras vinculadas às Forças Armadas, ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário. O projeto de reforma administrativa fará do futuro servidor contratado pelo Estado, seja como funcionário público, seja pela CLT, um trabalhador com salário rebaixado e sujeito às perseguições dos dirigentes políticos de ocasião, ressuscitando as práticas coronelistas e persecutórias do passado, além disso, atingirá os servidores da ativa com o fim da estabilidade e facilitação de demissões; **x)** há, por fim, a ameaça de uma reforma tributária que não visa ao aumento da receita por meio da tributação progressiva e que, poupará tão somente as elites nacionais.

Nenhum de nós tem dúvida de que estas ações têm produzido uma distopia social, econômica e política, e, com ela, a demolição progressiva e violenta do trabalho docente. A implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) deve ser considerada como parte desta arquitetura e deve ser vigiada pelos docentes como situação emergencial. Precisamos estar atentos e nos mobilizar para não admitir que isso se configure como a normalidade, uma vez que precariza nosso trabalho e exclui nossos estudantes. Notas técnicas recentes do Ministério da Economia mostram o desejo do Governo Federal de manter o trabalho remoto para vários setores da administração pública.

O Ensino remoto, caso se torne permanente, seria parte do projeto para a reprodução da riqueza – das grandes corporações e seu consórcio no Estado brasileiro – e o controle sobre o trabalho docente no ensino superior. Contratos recentes com as grandes corporações do setor de informação/computação nas Universidades Públicas, se não forem feitos com cuidado, podem colocar em perigo a liberdade da produção intelectual nas Instituições públicas federais de ensino, pesquisa e extensão. **Quanto mais Ensino remoto, menos contratação de novos professores para as IFES e menor qualidade da educação, da pesquisa pública; menos coletividade e mais sobretrabalho; quanto mais ensino remoto, menos saúde e menor visão sobre nossa vida em comunidade.** As plataformas de comunicação não presencial, é verdade, podem amplificar a divulgação do conhecimento

de uma forma inimaginável, fazendo discussões acadêmicas ecoarem para muito além dos limites institucionais e, até mesmo, chegarem a um público maior. Seu uso, entretanto, não pode prescindir das formas presenciais de educação.

Nos últimos anos, as/os professoras(es) das Universidades Federais – categoria específica que trabalha com o ensino, a pesquisa e a extensão – têm sido submetidos, numa escala sem precedentes, aos propósitos do projeto neoliberal, que submete a produção científica a restrições orçamentárias, à exclusão de determinados campos ou temas de pesquisa e funda-se, por vezes, num quantitativismo que não se coaduna com a excelência científica. Essa concepção, de fato, desvaloriza a ciência e a educação e sua importância social. Paralelamente, a carreira docente vem sendo sucateada, assim como a infraestrutura e as ferramentas de trabalho. Este horizonte real, desde alguns anos, aponta duas situações contraditórias e que exigirão firmeza na luta: i) a precarização do trabalho docente, com o aumento do sobretabalho, a perda de salário e a piora da qualidade de vida; e ii) o incentivo à prestação de serviços, como forma de complementação salarial.

Não podemos perder de vista que a lógica capitalista neoliberal que alcança o trabalho da categoria de docentes nas Universidades Públicas é a lógica da destruição dos vínculos comunitários, que, por sua vez, produz o isolamento do(a) professor(a) trabalhador(a). A lógica do individualismo reedita o interesse egóico-utilitarista e favorece, não raro, a competição. Os processos capitalistas neoliberais, estejam eles onde estiverem – no piso de uma fábrica, nos serviços APP'S ou dentro de uma Universidade Pública – são pautados pelos mesmos princípios: destruição dos vínculos comunitários, isolamento da(o) trabalhador(a), valorização do que aparta.

O aprofundamento da luta do movimento docente é urgente, e não cabe mais deixarmos de assumi-la **coletivamente!** É necessário o exercício contínuo de mobilização. Não podemos **naturalizar o projeto que submete a Universidade Pública aos interesses financeiros e estatais neoliberais no Brasil, que fazem do nosso país um polo tecnológico de segunda categoria, a serviço do consórcio entre capitais privados nacionais e internacionais, em prejuízo do povo brasileiro.** A desobrigação do Estado com a Educação e a Pesquisa no Brasil, evidenciada no corte de recursos dos orçamentos das Universidades Públicas e das agências de Fomento (mais de 33 bilhões de reais entre 2014 e 2019), deixa a ciência em situação de penúria e precarização. Que lugar terá a pesquisa em Artes, em Cultura e em Humanidades na Universidade operacional proposta pelo MEC? Os Editais do CNPq vêm ameaçando essas áreas com exclusão, e isso, além de afetá-las negativamente, traz enormes danos aos outros campos do conhecimento. O avanço do conhecimento e da pesquisa científica não se faz com exclusões, mas com buscas conjuntas de fortalecimento.

A luta se faz em ações estratégicas bem pensadas, convergentes e democráticas; os resultados das lutas chegarão em benefício da categoria de professoras(es), nos vários campos do saber! Há, portanto, necessidade e urgência de nossa maior atenção sobre a importância política da articulação, da mobilização para o fortalecimento do Sindicato docente APUBH no enfrentamento ao projeto neoliberal do Estado brasileiro. É importante ter sempre em vista que os objetivos do projeto neoliberal não são outros senão promover, sistemicamente, a demolição da Universidade Pública, presencial, laica, inclusiva, gratuita, democrática, popular e de qualidade social como direito das(os) trabalhadoras(es) e que se contrapõe a todas as formas de subalternização. Urge (re)criar a potência do corpo docente afetado e sensibilizado para o que acontece na atualidade, no país e na Universidade Pública. É necessário estarmos vigilantes, interna e externamente para resistir à demolição da Universidade Pública, ousando

buscar alternativas para projetos e sonhos coletivos. **É preciso lutar para ousar e sonhar!**

A alternativa que se impõe é a da **travessia na luta**, em **defesa do trabalho** e das(os) **trabalhadores da educação** da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ (Ouro Branco), posicionando-nos contrariamente ao projeto neoliberal e às suas repercussões na Universidade Pública. Ou seja, é urgente a **luta ousada, sonhada em coletivos, da/na categoria de trabalhadoras(es) docentes, recriando-se concretamente relações comunitárias, mais densas e solidárias, e, por conseguinte, mais cooperadas, profundas e verdadeiras**. Finalmente, precisamos reconhecer que, se não tivermos respostas para tudo, ao menos estaremos atentos aos nossos próprios erros e limites, abertos para apreender as melhores práticas democráticas – sempre coletivas. O nosso objetivo é potencializar os coletivos de professores para a luta sindical na Unidade do/no movimento! A travessia do deserto é longa e pede a nossa luta!

EIXOS POLÍTICOS

A Chapa “Travessias na Luta: Defender, Mobilizar, Ousar, Sonhar”, que se apresenta para as eleições do sindicato APUBH no biênio 2020-2022, propõe uma mobilização contínua do coletivo de professoras(es) para potencializar a resistência na luta contra o aparato político-econômico e ideológico que desfavorece as(os) trabalhadoras(es) da educação das Universidades Públicas que compõem a base territorial do APUBH - UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco. Para tanto, propõe seis eixos que estruturam a política para as ações sindicais, a saber:

1 FORTALECIMENTO do sindicato APUBH como entidade de luta da categoria das(os) professoras(es) trabalhadoras(es) da educação na UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ (Ouro Branco) para construção da UNIDADE da/na luta a favor de uma educação pública, gratuita, inclusiva, democrática e de qualidade social, contra a naturalização da mercantilização da educação e, ainda, contra a consequente precarização do trabalho docente.

2 CONSOLIDAÇÃO de práticas coletivas, por meio de encontros e diálogos, para oportunizar a participação da categoria de professoras(es) trabalhadoras(es) da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco, com aumento nos níveis de integração, confiança e transparência para fortalecer nossa mobilização e tomadas de decisões estratégicas e/ou táticas na defesa das carreiras e condições do trabalho docente.

3 ARTICULAÇÃO e MOBILIZAÇÃO no nível local (professoras(es) da base territorial do sindicato, movimento estudantil, sindicatos e associações dos técnicos administrativos e aposentados) e nacional (sindicatos da educação do sistema público federal e estadual e classe de trabalhadoras(es) em geral) para a defesa coletiva dos direitos que representam os interesses da categoria de professoras(es) contra a precarização do trabalho docente, que se dá por meio da naturalização e aprofundamento do projeto neoliberal nas Universidades Públicas com o acirramento das competitividades, da exclusão de campos científicos e do controle seletivo da produção do conhecimento.

4 AMPLIAÇÃO do conhecimento sobre os problemas cotidianos das(os) professoras(es) da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco em relação às diferentes carreiras e condições de trabalho para alcançar maior êxito em nossas estratégias e ações.

5 DEFESA da Universidade Pública, gratuita, laica, inclusiva, popular e de qualidade social no ensino, na pesquisa e na extensão e sua autonomia; defesa contra os cortes nos orçamentos dessa instituição e contra os cortes orçamentários das agências públicas federais e estadual de fomento à pesquisa; defesa contra os cortes de bolsas e ameaças à gratuidade e à política de cotas; defesa contra a precarização do trabalho docente.

6 PRÁTICAS DE OUSADIA diante do projeto neoliberal no Brasil, visando às ações que lhe sejam contrapostas e restituam, ao corpo docente das Universidades da base territorial do APUBH e à sociedade brasileira, a possibilidade de sonhar com um novo porvir, em que a democracia, o respeito aos direitos das(os) trabalhadoras(es) estejam ao alcance dos sonhos.

DIRETORIAS SETORIAIS

A **Chapa Travessias na Luta: Defender, Mobilizar, Ousar, Sonhar** para gestão do sindicato APUBH (2020-2022) propõe uma inovação para a organização do trabalho coletivo de formação e mobilização política: a constituição das macrossetoriais. As Diretorias Setoriais, conforme prescreve o estatuto da entidade, deixam de ser setores específicos de trabalho e se apresentam, na gestão proposta, como grandes áreas para a mobilização coletiva. As macrossetoriais foram desenhadas para desenvolver atividades diversas conforme as propostas contidas em cada um dos eixos e em movimento transversal, e, ao mesmo tempo, intersetorial e convergente com os eixos políticos do sindicato. Oportuniza-se, dessa maneira, mais diálogo entre as macrossetoriais, suas linhas de ação e o conjunto das(os) docentes, para potencializar as muitas lutas que serão necessárias em defesa da educação e do trabalho docente na Universidade Pública. Em termos práticos a Diretoria Executiva do APUBH **estimulará as iniciativas dos sindicalizados em temas específicos de interesse da categoria por meio de editais lançados por estas macrossetoriais**. São apresentados, a seguir, as grandes áreas e os temas que orientam, de maneira geral, os eixos que as compõem:

1/ ARTICULAÇÕES E MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS

Articular localmente e nacionalmente as lutas em relação à defesa da carreira docente, com engajamento no combate à deterioração das condições materiais do trabalho da categoria.

Lutar localmente e nacionalmente:

- a) pelo efetivo cumprimento do dispositivo constitucional que assegura revisão anual de vencimentos básicos e contra as propostas atuais de redução salarial;
- b) pelo reconhecimento da inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 95;
- c) contra as propostas de reforma administrativa que geram maior precarização do trabalho docente e dos serviços públicos;
- d) pela isonomia das carreiras dos docentes na ativa e das carreiras entre os aposentados e ativos;
- e) pela recomposição das perdas salariais e contra o congelamento de salários e realização de concursos públicos, conforme a Lei Complementar n. 173 de 2020;
- f) contra o uso das avaliações de desempenho para restrições às progressões e promoções da carreira docente, e quebra da estabilidade no trabalho nas Universidades Públicas;
- g) contra o avanço das privatizações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- h) contra a terceirização do trabalho docente e a contratação de docentes por Organizações Interpostas, inclusive a EBSERH;
- i) contra o estabelecimento de um sistema previdenciário nocivo aos docentes;
- j) contra os programas e projetos de escola sem partido;
- k) pela defesa e valorização do Serviço Único de Saúde - SUS;
- l) para a realização e manutenção do fluxo dos concursos públicos para docentes, visando à melhoria na estrutura da carreira e à eliminação do trabalho precário na Universidade Pública;
- m) pela autonomia da Universidade Pública como condição inerente às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Apoiar a retomada do processo de discussão entre Servidores Públicos e o Governo, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC), que incluam: a) carreira única para todos os docentes das Universidades Públicas, com remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira e unificando os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho; b) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração.

- Engajar-se localmente e nacionalmente em lutas que visem à ampliação do valor social do trabalho docente na Universidade Pública, fazendo jus ao custo social e subjetivo das trajetórias formativas dos trabalhadores docentes.
- Defender repasses orçamentários da União que garantam a melhoria das condições de trabalho nas Universidades Públicas, no que se refere ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração.
- Abrir junto à categoria o debate sobre os processos de promoção e progressão na carreira docente da UFMG.
- Promover iniciativas de comunicação política, visando à educação da comunidade acadêmica e do público externo sobre o valor social do trabalho realizado na Universidade Pública.
- Promover a conscientização política na defesa da democracia, dos direitos humanos, das liberdades de cátedra e de expressão de pensamento no ensino, na pesquisa, na extensão, assim como, a defesa de direitos políticos na Universidade Pública, tal como preconiza a Constituição Federal brasileira de 1988.
- Defender a categoria contra a difamação, por meio da instauração de ações legais cabíveis contra atores individuais, coletivos e/ou organizações.
- Promover a solidariedade e o diálogo contínuos com outros sindicatos, movimentos estudantis, movimentos sociais e associações de luta, tendo em vista a totalidade das(os) trabalhadoras(es) e a situação em que se encontram na atual etapa da crise sistêmica que se dá em âmbitos nacional e internacional.
- Promover atividades de formação política e sindical para as(os) diretoras(es) e filiadas(os), visando ampliar o conhecimento da luta sindical das(os) trabalhadoras(es) docentes e da conjuntura estadual, nacional e internacional.
- Demandar da Universidade o desenvolvimento de políticas institucionais que objetivem a proteção, o acolhimento e o assessoramento jurídico aos docentes (ativos e aposentados), brasileiros e estrangeiros, imigrantes e/ou refugiados, que vivenciem no trabalho ou por causa dele a situação de perseguição política e/ou qualquer tipo de ameaça aos direitos fundamentais.
- Promover um processo de deliberação coletiva da categoria sobre a estratégia de atuação do APUBH.

2/ TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: CULTURA, QUALIDADE DE VIDA E DIREITOS HUMANOS

- Promover a cultura, a qualidade de vida e os direitos humanos, por meio de ações que contemplem o enfrentamento das diversas formas de precarização do trabalho docente e violações aos direitos humanos e reprodução das desigualdades na UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco.
- Promover iniciativas de acesso e fruição das artes e das manifestações culturais, visando ao conhecimento e ao compartilhamento referentes à prática das “artes em movimento”, em “espaços em movimento”.
- Criar um espaço permanente para encontros e/ou reuniões coletivas de

- professoras(es) dentro do campus da Pampulha, que seja de amplo acesso e circulação para a categoria de docentes ativos e aposentados.
- Multiplicar os encontros entre filiados e demais docentes, em espaços em movimento, ou seja, em espaços variados, repensados para permitir a efetiva presença e integração dos docentes. Esses encontros compreendem reuniões de confraternização, saraus, rodas de conversas temáticas, sessões de cinema, cafés, encontros musicais, eventos de esporte e lazer, o baile anual, entre outros, concebidos para ampliar a integração e participação de todas(os) as(os) docentes ativos (permanentes e temporários) e aposentados em atividades coletivas.
 - Promover iniciativas de apoio às políticas de democratização, inclusão e promoção da diversidade na Universidade, visando ao acolhimento e ao reconhecimento das(os) trabalhadora(s) que se percebem como não pertencentes aos perfis psicossociais hoje prevalentes e hegemônicos na categoria, por auto percepção de filiação a identidades étnico-raciais, de gênero e/ou orientação sexual não hegemônicas ou minoritárias e, também, como pessoas com deficiências.
 - Construir ações de combate ao racismo, machismo, xenofobia, homofobia e transfobia e outras formas de preconceito, em diálogo com os três segmentos da Universidade e seus coletivos, desenvolvendo ações tais como: capacitações docentes, campanhas e apoio a mobilizações de coletivos e movimentos sociais dentro e fora da Universidade.
 - Cobrar o posicionamento, de forma nítida e pública, de lideranças institucionais ligadas à UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros), acerca das discriminações e violências cometidas contra mulheres, homossexuais, transexuais, estrangeiros, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos não hegemônicos.
 - Promover iniciativas para mitigar os impactos psicossociais do isolamento inerente ao trabalho científico e acadêmico dos ativos e aposentados por meio de ações do Núcleo de Acolhimento e Diálogo do APUBH.
 - Construir um diagnóstico das condições de trabalho e vida dos docentes ativos e aposentados com necessidades especiais.
 - Avaliar, com a categoria, as práticas dos convênios com setores do comércio e serviços e eventuais critérios para serem acolhidos pelo sindicato.
 - Pleitear junto à Reitoria da UFMG:
 - a)** melhoria de acesso ao transporte, incluindo a melhoria de acessibilidade nas vias públicas e nos interiores das edificações e de mobilidade no campus Pampulha e seu entorno, com redução do asfaltamento e a preservação do calçamento;
 - b)** recuperação do Centro Esportivo Universitário (CEU), lugar de encontros e sociabilidade da comunidade universitária;
 - c)** produção de tecnologias que possam tornar autossustentável o gasto energético do campus;
 - d)** respeito à flora e fauna nativas no campus e combate ao abandono e aos maus tratos de animais domésticos, considerando-se a necessidade de um ambiente de trabalho com qualidade socioambiental.

3/ CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

- Traçar, em diálogo com as sociedades científicas, ações contra o retrocesso das políticas e dos investimentos públicos no sistema de C&TI, e, especialmente, pelo restabelecimento do MCTI e pelo fortalecimento do CNPq, da CAPES, do FINEP e da FAPEMIG.
- Apoiar e contribuir na articulação de frentes em defesa da ciência, da tecnologia e da educação.

- Lutar pelo repasse integral dos 1% das receitas constitucionalmente estabelecidas no Estado de Minas Gerais para a FAPEMIG, fundação que historicamente tem um papel fundamental no desenvolvimento científico mineiro e na consolidação de nossas instituições.
- Apoiar de forma solidária e assertiva a Marcha das Ciências, o Dia das Ciências, das Pesquisadoras e dos Pesquisadores e participar do Fórum Técnico de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Econômico e Social Mineiro coordenado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
- Promover ações com vistas à máxima democratização e ética nos canais de acesso ao financiamento público da pesquisa, de modo a garantir o maior acesso e a evitar a concentração excessiva de recursos em linhas específicas.
- Lutar contra a seletividade nos cortes recentes de bolsas e de recursos para as áreas de artes, educação e humanidades.
- Estimular ações junto à Reitoria, fóruns das entidades científicas e órgãos de financiamento público de pesquisa, visando ao estímulo e à manutenção de oportunidades equânimes de ingresso e crescimento no âmbito da pesquisa aos docentes em diversos momentos da sua carreira.
- Estimular ações de conscientização sobre a necessidade de produção e/ou aquisição e utilização pela UFMG de software livre e realmente gratuitos, acessíveis a toda comunidade.
- Manter e aprimorar um canal contínuo e permanente de diálogo e negociação com as Pró-Reitorias com vistas à mediação do acesso a informações acerca de políticas institucionais e nacionais no âmbito do ensino de graduação, da pós-graduação e da pesquisa que tenham impacto de curto, médio e longo prazo sobre o trabalho e a carreira docente na Universidade e estabelecimento de fóruns para reflexão e avaliação dos impactos dessas políticas no cotidiano laboral junto às bases das(os) trabalhadoras(es) docentes da Universidade.
- Manter e ampliar o diálogo constante com setores sindicais do ensino básico da rede pública municipal, estadual e particular do ensino fundamental e médio envolvendo um intercâmbio de experiências e colaborações mútuas que visem à produção de conhecimento sobre as condições de trabalho por meio de encontros e/ou fórum que envolvam a defesa dos trabalhadores das diferentes redes de educação.
- Lutar pela garantia da liberdade acadêmica, assim como pelo compromisso social e político do ensino, da pesquisa e da extensão com o desenvolvimento nacional e regional.

PROFESSORAS(ES) APOSENTADAS(OS)

- Considerando todas as ações do governo federal que visam ao desmonte das Universidades Públicas e à sua privatização, torna-se de fundamental importância mobilizar nossas(os) aposentadas(os).
- Muitos destas(es) professoras(es) permanecem ativa(o)s na universidade, ainda trabalhando em seus departamentos de origem, dando aulas na graduação e nas pós-graduações, fazendo pesquisa, dando uma contribuição inestimável à instituição. Esse coletivo tem grande importância, pelos aspectos políticos e pela responsabilidade que todas(os) temos com quem escreveu a história da UFMG. Propõe-se:
- Trazer ao sindicato APUBH o contingente de colegas aposentados, que hoje

representam aproximadamente 51% dos filiados do sindicato, com sua experiência, adquirida ao longo de décadas, e que, certamente, ainda tem muito a contribuir com as ações sindicais.

- Ampliar a interação do APUBH com a Organização dos Aposentados e Pensionista da UFMG (OAP), o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) e a Associação dos Servidores da UFMG (ASSUFEMG), de modo a intensificar as articulações entre as entidades.
- Pesquisar as condições de vida das(os) aposentadas(os) em parceria com OAP, com o SINDIFES e a ASSUFEMG, a fim de traçar metas mais objetivas que atendam às suas necessidades e expectativas.

PROFESSORAS(ES) INGRESSANTES, ESTRANGEIROS, IMIGRANTES E REFUGIADOS

- O acolhimento pelo sindicato das novas gerações de professores que ingressaram no sistema de educação pública federal da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ (Ouro Branco) é imprescindível. Ressalta-se, ainda, a presença relevante dos colegas estrangeiros, imigrantes e refugiados que muito contribuem com a experiência da diversidade humana e docente em nossa convivência universitária nos vários campi. Propõe-se:
- Ampliar os canais de comunicação do sindicato para alcançar as(os) docentes ingressantes, estrangeiros, imigrantes e refugiados da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco.
- Aproximar qualitativamente as(os) docentes ingressantes, estrangeiros, imigrantes e refugiados para favorecer a integração e formação política, concomitantemente o fortalecimento da luta sindical na categoria.
- Promover, junto às macrossetoriais, encontros entre filiados e professoras(es) ingressantes, estrangeiros, imigrantes e refugiados, para que possam, em diálogo, levantar temas que tocam tais segmentos de trabalhadores da educação da base territorial do sindicato.
- Esclarecer e orientar o(a) professor(a) ingressante, estrangeiro, imigrante e refugiado sobre dúvidas que venham a ser demandadas em relação seus direitos como trabalhadores da educação e em relação às ameaças trabalhistas decorrentes das reestruturações das carreiras docentes e sobre o sistema de seguridade social ou outras dúvidas.
- Elaborar um estudo detalhado do perfil das(os) professoras(es) recém ingressos, estrangeiros, imigrantes e refugiados e suas demandas específicas, com o objetivo de desenvolver ações direcionadas e mais eficientes.
- Estimular as macrossetoriais no acolhimento da(o) professor(a) recém ingresso, estrangeiro, imigrantes e refugiados, e defender a liberdade de expressão, de reunião, associação e os outros direitos constitucionalmente garantidos, além da manifestação política deste segmento em quaisquer espaços da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco.

FILIADOS DA UFMG/MONTES CLAROS E UFSJ/OURO BRANCO

- O sindicato APUBH pretende ampliar a integração entre os filiados da UFMG/Montes Claros e UFSJ/Ouro Branco em relação às lutas sindicais locais e nacionais. Propõe-se ainda:
- Compreender a situação jurídica atual da UFSJ/Ouro Branco e sua relação com o APUBH na tentativa de garantir isonomia aos filiados.
- Garantir a participação dos filiados da UFSJ/Ouro Branco nas discussões e debates junto às representações de unidade.
- Coordenar a elaboração de um estatuto para o Ponto de Encontro dos Professores (PEP)– UFMG/Montes Claros –, visando o seu efetivo uso, tanto para confraternizações da categoria, como para as atividades de trabalho, como eventos e reuniões de interesse dos docentes.
- Apoiar a realização de um (01) encontro de confraternização anual no PEP – UFMG/Montes Claros.
- Aperfeiçoar a assessoria jurídica com previsão de atendimento online na UFMG/Montes Claros e UFSJ/Ouro Branco com a frequência demandada pelos sindicalizados, conforme necessidades previamente agendadas.
- Manutenção do serviço de assistência contábil para esclarecimentos e orientações aos associados da UFMG/Montes Claros e UFSJ/Ouro Branco relativas ao IRPF, em período previamente definido pelo sindicato.

ARTICULAÇÃO NACIONAL

A possibilidade ou não de filiação ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) ou a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES) é um projeto que se encontra em discussão na atual gestão do APUBH (2018-2020). Dar continuidade ao processo de esclarecimento das(os) professoras(es) da base territorial do sindicato sobre o que significa uma filiação ou não do APUBH ao ANDES ou PROIFES é, portanto, tarefa que deve ser levada adiante pela próxima gestão do sindicato (2020-2022). Propõe-se:

- Elaborar o histórico das relações institucionais do APUBH com o ANDES, identificando as razões da extinção do vínculo com estas entidades sindicais nacionais.
- Esclarecer as/os filiadas(os) do APUBH sobre as diferenças jurídicas e políticas existentes entre o sindicato nacional ANDES, e a federação de sindicatos PROIFES, debatendo sobre o isolamento do APUBH em relação às lutas da categoria a nível nacional e os procedimentos formais em relação à associação a qualquer uma destas entidades.
- Avaliar politicamente a articulação nacional existente entre o APUBH e o Observatório do Conhecimento.
- Deliberar em assembleia geral sobre as articulações nacionais do sindicato APUBH com o ANDES, PROIFES, Observatório do Conhecimento e outras frentes de articulação.

COMUNICAÇÃO

- Aprimorar a comunicação política do sindicato, desenvolvendo um projeto educativo e combativo que expresse as estratégias e ações de comunicação coerentes com as propostas indicadas no programa da Chapa e em consonância com os interesses da categoria, fortalecendo a nossa presença junto aos filiados, à comunidade universitária e à população mineira.
- Desenvolver ações de comunicação em defesa das ciências e das instituições científicas mineiras em prol do fortalecimento da cultura científica e seu alcance junto à população mineira.
- Melhorar os canais de comunicação do sindicato tornando-os mais interativos para seus filiados com a melhoria das formas de comunicação mais diretos e imediatas, tais como, informativos físicos, vídeos curtos, podcasts, WhatsApp e atenção constante ao site da página do APUBH.

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

A Chapa Travessias na Luta defende a vida e a saúde, de modo a entender que o retorno às atividades presenciais na UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) apenas será viável em total segurança e ausência de riscos, de acordo com as orientações da ciência. Não existe risco aceitável quando se trata da vida humana! O cenário político desfavorável aos trabalhadores da educação das Universidades Públicas pede à categoria atenção e avaliação crítica sobre as contradições que surgem no processo de ensino no formato ERE, devido à aceleração das condições precarizadas de trabalho, a saber:

a) denunciar excesso de carga de trabalho no formato ERE com o comprometimento do tempo livre do(a) professor(a) trabalhador(a);

b) questionar a pressão para o cumprimento dos conteúdos programáticos e sua relação com o calendário acadêmico ERE que, ao acelerar por meio do trabalho virtual os processos de ensino-aprendizagem, impactam a saúde emocional e física do(a) professor(a) e estudantes;

c) alertar sobre a implantação do “Plano para o retorno de atividades não adaptáveis ao modo remoto na UFMG” neste 2020/1º (ainda que pese o fato da pandemia não se encontrar controlada na Região Metropolitana de Belo Horizonte¹). A retomada presencial é medida unilateral cuja aceitação não pode justificar a assunção de algum tipo de responsabilidade e a isenção da UFMG como diferentemente se pretende com a imposição da assinatura aos docentes e estudantes ao **Termo de Ciência e Responsabilidade para realização de atividades presenciais na vigência da pandemia de Covid-19**.²

d) resistir ao provável aumento da carga de trabalho das(os) professoras(es) com abertura de turmas maiores devido ao não cumprimento das cargas horárias por ausência de ofertas de disciplinas no formato ERE ou naquelas que apresentarem número elevado de trancamentos.

³ “É necessário reconhecer que há risco de ocorrência de casos de Covid-19 durante atividades presenciais enquanto a maioria da população for suscetível e não houver vacina eficaz, disponível e com ampla cobertura, mas que esses riscos podem ser minimizados com medidas comportamentais e adequação dos espaços físicos, definidas no Protocolo de Biossegurança da UFMG”. Fonte: Plano para o retorno

⁴ Fonte: Plano para o retorno de atividades não adaptáveis ao modo remoto na UFMG (3/9/2020). Acessado em 19/09/2020.

e) discutir localmente e articular nacionalmente contra a incidência salarial da transferência de custos do ERE da Universidade à comunidade acadêmica, em franca violação ao princípio constitucional da irredutibilidade salarial (Art. 32 da Constituição Federal).

f) descortinar o comprometimento da saúde física e mental da comunidade acadêmica devido às condições do trabalho no formato ERE.

APOIO JURÍDICO

A Chapa Travessias na Luta: Defender, Mobilizar, Ousar, Sonhar propõe:

- Manter e aprimorar o setor jurídico, para oferecer um atendimento coletivo e individual de qualidade aos sindicalizados.

**CONTAMOS COM SEU VOTO! ESTA É UMA
PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO AFIRMATIVA
EM FAVOR DE NOSSA MOBILIZAÇÃO!**

O SEU VOTO NOS MOTIVA A DARMOS PASSOS
MAIS SEGUROS E AVANÇAR NA LUTA DO
MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE!

**CHAPA TRAVESSIAS NA LUTA:
DEFENDER, MOBILIZAR, OUSAR, SONHAR**
ELEIÇÕES APUBH PARA GESTÃO 2020-2022

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta - Profa. Maria Rosaria Barbato (Direito)
Primeira Vice Presidenta - Profa. Analise de Jesus da Silva (FAE)
Segundo Vice Presidente - Prof. Matheus de Moraes Servilha (FAE)
Secretária Geral - Maria Luiza Grossi Araújo (IGC)
Vice-Secretário Geral - Luiz Carlos Villalta (FAFICH)
Diretor de Finanças - Eliezer Raimundo de Sousa Costa (COLTEC)
Vice-Diretora de Finanças - Marly Nogueira (IGC)
Primeira Suplente - Solange Cervinho Bicalho Godoy (Enfermagem)
Segunda Suplente - Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo (ICA)

DIRETORIAS SETORIAIS

1/ ARTICULAÇÕES E MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS

1. Adriane Teresinha Sartori (FALE)
2. Geraldo Márcio Alves dos Santos (FAE)
3. Lízia Maria Porto Ramos (Aposentada CP)
4. Marco Antônio Sousa Alves (Direito)
5. Sebastião Lira Filho (Aposentado ICEX)
6. Silvio Segundo Salej Higgins (FAFICH)
7. Sirleine Brandão de Souza (FAE)

2/ TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: CULTURA, QUALIDADE DE VIDA E DIREITOS HUMANOS

1. Adolfo Enrique Cifuentes Porras (EBA)
2. Aline Almeida Bentes (Medicina)
3. Carlos Henrique Rezende Falci (EBA)
4. Francisco de Paula Antunes Lima (Engenharia)
5. José Luiz Quadros de Magalhães (Direito)
6. Marcos Antonio Farias Scarassatti (FAE)
7. Marlise Miriam de Matos Almeida (FAFICH)
8. Ricardo Augusto de Souza (FALE)
9. Sidney Pereira (ICA)
10. Tiago Castelo Branco Lourenço (Arquitetura)

3/ CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

1. Bráulio de Britto Neves (FAFICH)
2. Eduardo Mendes Nascimento (FACE)
3. Fabrício Bertini Pasquot Polido (Direito)
4. Grace Schenatto Pereira Moraes (ICB)
5. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira (Direito)
6. Mário Marcos Sampaio Rodarte (FACE)
7. William James Nogueira Lima (ICA - Engenharia de Alimentos)

CONSELHO FISCAL

- Presidente - Sebastião José de Nascimento Pádua (ICEX)
Vice Presidente - Maria Cristina Soares de Gouvêa (FAE)
Secretária - Denise Alves de Araújo (Centro Pedagógico)
1º Suplente - Unai Tupinambás (Medicina)
2º Suplente - Marcos Werneck (Odontologia)

